



Zveiter: recuo é impossível

Dono de escola nega desobediência

BRASÍLIA — O presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Distrito Federal, Jaime Zveiter, negou ontem, em depoimento de duas horas, prestado à Polícia Federal, que tenha incitado as escolas através da imprensa a descumprir a liminar da 3ª Vara de Justiça Federal, que suspendeu o regime de Liberdade Vigiada para o reajuste das mensalidades. Em sua defesa, Zveiter acusou o Conselho de Educação do DF (Cedf) de descumprir a medida judicial, ao fixar mensalidades a partir de agosto sem observar o artigo 3º do Decreto-Lei 539 de 1969, no qual se baseia a liminar. Durante toda a manhã, cerca de 50 donos de escolas, que fazem locaute por tempo indeterminado, reivindicando leis de reajuste de mensalidades mais claras, estiveram na frente da Polícia Federal, em

solidariedade ao presidente do sindicato.

O delegado Evangelista Vieira da Silva, encarregado do inquérito contra Zveiter, instaurado a pedido de João Batista de Almeida, procurador da República, disse que nos próximos dias deverá ser convocado a depor o editor do Jornal de Brasília, veículo que publicou as declarações do acusado. Se indiciado, o presidente do sindicato será enquadrado no artigo 19 da Lei 5.250, que prevê pena para quem incitar o descumprimento da legislação através da imprensa, de oito meses a dois anos de prisão e multa.

Segundo Zveiter, o CEDF descumpriu a liminar ao fixar o preço da mensalidade de agosto sem levar em conta o artigo 3º do Decreto 532, no qual se baseia a liminar, que prevê a compatibilização da evolução dos pre-

ços com a correspondente variação dos custos, ou seja, o que já era previsto no regime de Liberdade Vigiada, proposto pelo Decreto 140 do Ministério da Fazenda. Em assembleia realizada anteontem, em que os donos de escolas posicionaram-se pela continuidade da paralisação de 110 escolas filiadas ao sindicato, Zveiter foi incisivo: "Se qualquer escola voltar a funcionar eu peço demissão do Sinepe".

Até as 20 horas de ontem, os donos de escola, reunidos em assembleia, ainda não haviam decidido se colocavam fim ao movimento deflagrado após a prisão do dono do Colégio Minas Gerais, José Pio de Abreu, no dia 13. No encontro, foi analisada a proposta de correção de preços para as escolas que fizeram acordos em separado com seus professores.